

Controle de capitais exige 'solução negociada'

Presidente afirma que, nos fóruns internacionais, continuará a defender ordenamento do fluxo

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu uma “solução negociada” entre os países para a definição de regras que limitem a livre movimentação dos capitais. Ele reconheceu que se trata de uma discussão que está dominando as conversas internacionais, caracterizada por posições distintas. Mas, sem ampla negociação, os países, isoladamente, são incapazes de frear a movimentação de capitais pelo mundo. “Ou você tem uma negociação que coloca alguns limites, o que não é fácil porque o mundo está interligado por instrumentos ágeis de comunicação, ou é muito difícil”, disse em entrevista ao **Estado**.

Fernando Henrique afirmou que continuará na defesa de um ordenamento do fluxo de capitais em todos os fóruns internacionais, como vem fazendo desde 1995. Na época, em uma exposição perante a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), já afirmava que, se fosse diretor da instituição, encomendaria estudos sobre o movimento de capitais.

Essa posição o governo brasileiro manteve dois anos depois, na reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Hong Kong. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chamaram a atenção para o perigo da livre movimentação de capitais. O presidente disse que mantém a posição porque a liberalização do fluxo de capital “não é nem nunca foi a sua opinião, nem a do governo brasileiro”.

O presidente insistiu que é preciso separar, no fluxo de capitais, os recursos que ingressam no País na forma de investimento direto – “aquele que depois vira máquina, vira capacidade produtiva” – daqueles que são fruto da especulação. “O capital que sai nos momentos de crise não é esse tipo de capital produtivo”, afirmou. No entanto, depois da crise asiática, iniciada em julho de 1997, o Plano Real foi sustentado por capitais flutuantes. “Com a abertura da economia, vem também o mau capital e é difícil separá-lo do investimento”, admitiu.

americano, a intenção de dotar o Fundo Monetário de instrumentos efetivos de ação, por um lado. E, de outro, um tipo de ação, como a questão que está posta no *New York Times*: o risco moral.

Há setores, lembrou o presiden-

te, que receiam que o Fundo Monetário se transforme em um prestador final, em última instância, dirigindo crédito a maus pagadores. Mas existem ainda os setores que defendem a tese de que é possível ter regras claras a partir das quais, mesmo havendo a

figura do prestador de última instância, esse prestador não dê crédito sempre. Essa opinião, segundo Fernando Henrique, é mais européia hoje, embora nos Estados Unidos também esteja incluída no debate.

O presidente não discorda de

análises que consideram a vulnerabilidade de cada país, que, se não dependessem desse tipo de capital, não teriam quebrado. “Por definição se poderia fazer essa análise de que eles não teriam quebrado do ponto de vista das contas externas, mas, se eles também não tivessem

feito ajustes dos seus orçamentos...”, disse. Segundo o presidente, no caso do Brasil, as críticas eram muito mais às taxas de juros e ao nível de abertura da economia. “O plano do governo era que a abertura fosse importante e continua sendo”, insistiu.

“O **Estado** publicou uma coisa admirável, que foi aquela série de entrevistas feitas pelo *New York Times*, reportagens que mostram bem que existe uma determinação, uma visão, uma concepção do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional, que é favorável à total liberalização de fluxo de capital”, lembrou, insistindo que essa não é nem nunca foi a sua opinião nem a do governo brasileiro.

Atualmente, na Europa, existem setores na Inglaterra, Alemanha, França e Portugal favoráveis a uma renegociação do que o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, chama de “arquitetura financeira mundial”, segundo Fernando Henrique. “Trata-se de um debate amplo”, insistiu. Por isso mesmo, defendeu uma “solução negociada” para impedir a livre movimentação de capital especulativo. “Não podemos imaginar uma imposição de barreiras por parte de cada país”, disse o presidente. “Isso nós não podemos.”

“Em todos os fóruns, sempre menciono o problema do fluxo de capitais e acho que, na verdade, tínhamos de ter um novo Bretton Woods”, ressaltou Fernando Henrique, lembrando da ampla negociação mundial pós-guerra, que resultou na criação do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional “com propósitos bastante definidos”.

O FMI foi a instituição criada para socorrer os países com problemas de solvência, em razão das crises de balanço de pagamentos, enquanto o Banco Mundial se ocuparia em garantir o desenvolvimento das nações. “Era essa a idéia; não se pode dizer que de lá para cá as coisas não tenham acontecido”, afirmou. “Houve muitas transformações e muitas delas positivas, até em termos de crescimento, de desenvolvimento.”

O debate atual em torno da definição ou não de regras para inibir a livre flutuação dos capitais enfrenta a “relutância de alguns governos”, alertou Fernando Henrique. Ele identifica em alguns Congressos, como no norte-